



ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA PRÁTICA CLÍNICA

ARTIGO DE REVISÃO

SANTOS, Talita Mendonça Moura dos¹

SANTOS, Talita Mendonça Moura dos. **Assistência farmacêutica na prática clínica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 06, Vol. 07, pp. 89-98. Junho de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/assistencia-farmaceutica>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/assistencia-farmaceutica

RESUMO

A assistência Farmacêutica abrange um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde em conformidade com os preceitos que asseguram seu uso, tanto no âmbito individual como no coletivo, entendendo-se como insumo básico o medicamento. Nesse contexto, a atuação da assistência farmacêutica traduz-se nas atitudes, habilidades, conhecimento e competência técnica do profissional farmacêutico, com base em metodologias científicas, voltada para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Sendo assim, a fim de dar norte a pesquisa, este artigo adotou como questão norteadora: como os profissionais farmacêuticos podem promover a saúde através de assistência e atenção básica farmacêutica e evitar desfechos de erros de administração de medicamentos? Para tanto, estabeleceu-se como objetivo apontar o propósito da assistência farmacêutica e o papel do profissional farmacêutico na prática clínica desta assistência para a melhoria da qualidade de vida do paciente. Diante disso, a metodologia utilizada para a construção deste artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica, tendo como desfecho o reconhecimento da importância do papel do farmacêutico para o cuidado com o paciente na prática clínica, uma vez que visa a integração do conhecimento da farmacoterapia para se otimizar problemas relacionados aos medicamentos.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica, Prática clínica, Profissional farmacêutico.

1. INTRODUÇÃO

A Assistência Farmacêutica na prática clínica, de acordo com Ivama *et al.* (2002), envolve serviços voltados à identificação de erros de prescrição, à dispensação, à administração de medicamentos e à reorganização e avaliação da farmacoterapia,



tendo como foco a recuperação e/ou manutenção da saúde com a correta avaliação dos resultados clínicos.

A atenção farmacêutica tem como finalidade a coleta de dados, a identificação de problemas, a implementação do plano de cuidado, a adesão e o subsídio de medicamentos para traçar o perfil farmacológico de cada paciente. E por se tratar de medicamentos, o farmacêutico é o profissional responsável pelo cuidado com o manejo clínico (IVAMA *et al*, 2002).

Nesse contexto, Bisson (2016) diz que compreender a relevância do binômio risco-benefício é importante e está presente no cotidiano da farmacoterapia, que vai desde as reações adversas a medicamentos até interações medicamentosas que podem causar significativa morbimortalidade e um aumento relevante nos custos de saúde, uma vez que as reações adversas a medicamentos correspondem cerca de 6,6% das internações hospitalares. Entender sobre medicamentos é compreender a importância do profissional farmacêutico junto à sociedade.

O método Dáder utilizado no Brasil é destacado pela autora Ivama *et al*. (2002) por ser uma ferramenta utilizada na avaliação de resultados da prática clínica voltada à atenção farmacêutica. Este método fornece informações para tratar de forma correta cada desfecho clínico. Diante disso, é importante ressaltar que o seguimento farmacoterapêutico, conforme o terceiro consenso de Granada sobre Problemas Relacionados a Medicamentos e Resultados Negativos Associados a Medicação, tem como base no exercício profissional a detecção de problemas relacionados com os medicamentos para prevenir e resolver resultados negativos associados à medicação, o que implica um compromisso contínuo, sistemático e documentado em colaboração com o paciente e com a equipe de saúde para atingir resultados concretos que melhoram a qualidade de vida de cada indivíduo.

A Atenção Básica conhecida como Atenção Primária de Saúde tem como função estruturar e organizar os serviços, pois trata-se da porta de entrada do sistema de saúde, responsável por coordenar as demandas da população e o cuidado delas em relação aos demais níveis do sistema (BRASIL, 2012).



As coordenações do cuidado são múltiplas e complexas, requerendo profissionais preparados de diversas categorias que atuem de forma organizada. Entretanto, um grande desafio é o reconhecimento por parte da sociedade sobre a atuação do profissional farmacêutico clínico como parte integrante na promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 2012).

Diante disso, este presente artigo foi elaborado com base na seguinte questão norteadora: como os profissionais farmacêuticos podem promover a saúde através de assistência e atenção básica farmacêutica e evitar desfechos de erros de administração de medicamentos?

Deste modo, o objetivo geral deste artigo foi apontar o propósito da assistência farmacêutica e o papel do profissional farmacêutico na prática clínica desta assistência para a melhoria da qualidade de vida do paciente.

Para tanto, o método utilizado para essa pesquisa foi o qualitativo, pois verificou uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, conforme explica Minayo (2007).

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental (MINAYO, 2007). Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o computador, uma vez que através da Internet, rede mundial de computadores, pode-se acessar rápida e remotamente as informações em qualquer parte do mundo. Isto propiciou a disponibilidade de dados e informações, acarretando uma universalização dos conhecimentos e permitindo que a pesquisa contemplasse opiniões e pensamentos diversificados.

2. A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Assistência Farmacêutica é caracterizada como um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto no âmbito individual quanto no âmbito coletivo, tendo o medicamento como insumo essencial e o objetivo de tornar o seu uso racional. Sendo assim, este assunto envolve desde a pesquisa até o



acompanhamento de sua utilização, buscando resultados concretos para a melhoria da qualidade de vida da população (IVAMA *et al.*, 2002).

Dessa forma, Reis (2003) define a atenção farmacêutica como:

[...] a provisão responsável da farmacoterapia com o objetivo de alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida dos pacientes. A prática da atenção farmacêutica pode reduzir os problemas preveníveis relacionados à farmacoterapia. (REIS, 2003, p. 1).

Nesse aspecto, a atenção farmacêutica, diante da sociedade, visa assegurar o melhor tratamento, continuidade ou até mesmo a cura de algumas patologias. Logo, o embasamento do uso racional de medicamentos e, principalmente, a promoção da saúde do indivíduo pela atenção farmacêutica reflete na melhora da qualidade de vida da população (BRASIL, 2007).

Segundo a Política Nacional de Medicamento, a Assistência Farmacêutica agrega valor às ações de serviço de saúde, rompendo com fatores que influenciam o uso de medicamentos, como culturais, sociais, econômicos e políticos, para que de fato se consolide o acesso aos medicamentos como se preconiza a base e os princípios das diretrizes do SUS (BRASIL, 2018).

Diante disso, para garantir sua integridade física e moral, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196, diz que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a Organização Mundial de Saúde preconiza a atenção farmacêutica e a encara como um dos pilares para a busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo. A busca por melhorias será sempre o desafio concreto para a efetivação da saúde, pois o entendimento da população sobre o que é medicamento, nem sempre é o que se espera, até por não ter incentivos educacionais e divulgação para população em geral (BRASIL, 2012).

O Controle Sanitário do Comércio de Drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos no inciso II do artigo 4º da Lei 5.591/73, define que o termo medicamento é um fármaco, tecnicamente obtido ou elaborado, com o propósito de prevenir doenças, curar, amenizar sintomas ou até mesmo para fins de diagnóstico. Na figura 1 é possível observar o uso de medicamentos.

Figura 1: Finalidades do uso de medicamentos.



Fonte: Ministério da Saúde (2006, p. 10)

Atentando-se para a prática do cuidado e dos riscos potenciais relacionados à farmacoterapia inadequada, é necessário relacionar esta questão na prática clínica para que a recuperação da saúde seja restabelecida. No entanto, escolhas racionais propiciam benefícios individuais para o paciente quando a garantia do benefício terapêutico é alcançada a um menor custo, contribuindo para a integralidade do cuidado (BOING, ZONTA e MANZINI, 2016).

Nesse aspecto, de acordo com o Conselho Federal de Farmácia (2016), o Uso Racional de Medicamentos (URM) é a situação em que os pacientes recebem os medicamentos apropriados à sua condição clínica, tendo suas doses adequadas às



suas necessidades individuais, por um período de tempo adequado e um menor custo-benefício possível para si e para a comunidade (BRASIL, 2013).

Sendo assim, ressalta-se que, nesse cenário, o farmacêutico é o profissional responsável por orientar, adquirir e dispensar insumos, como parte integrante do apoio ao tratamento, trazendo segurança ao que será ofertado; cabendo ao mesmo analisar qual é a melhor opção na escolha da farmacoterapia para o solicitante, uma vez que é parte integrante de comissões que avaliam desde a relação custo-benefício até a elaboração de protocolos mais complexos (BRASIL, 2007).

Assim, para que se atinja o URM, Bisson (2016) afirma que é necessário um conjunto de ações, envolvendo o diagnóstico e a prescrição correta do tratamento com informações necessárias ao usuário, baseado em evidências científicas e prescrições legíveis, para que se evite problemas com a administração e a dispensação do medicamento. Além disso, destaca a organização do serviço para que o usuário tenha acesso aos medicamentos em quantidades suficientes e em tempo oportuno, a promoção da adesão ao tratamento e a avaliação e o monitoramento do usuário quanto à resposta terapêutica ou a qualquer problema relacionado aos medicamentos.

Diante disso, o Conselho Federal de Farmácia (2016) explica que a farmácia clínica está diretamente ligada ao cuidado farmacêutico, tendo como foco o paciente para a promoção da saúde e prevenção de doenças, otimizando a terapêutica medicamentosa. O cuidado farmacêutico tem como filosofia atender todas as necessidades de saúde do paciente, inclusive a farmacoterapêutica.

Dessa forma, para atingir o sucesso da farmacoterapia, há o medicamento como insumo e indicadores a serem avaliados, como resultado de saúde, qualidade, disponibilidade, dispensação e utilização correta, indicação e prescrição adequada (BISSON, 2016)

O autor acima citado diz que os fatores que comprometem a farmacoterapia são os ambientais: luz, ruído, temperatura, pressão atmosférica, altitude, isolamento ou vida gregária, dieta, variações sazonais e toxinas ambientais; relacionados ao fármaco:



dose, formas farmacêuticas, propriedades físicas e químicas, estabilidade, solubilidade, prazo de validade, intolerância e interações medicamentosas; e associados ao paciente: variação racial, sexo, peso corporal, estado nutricional, características genéticas, condições emocionais.

Bisson (2016) ainda diz que, na adesão ao tratamento, as condições fisiológicas especiais ou as patológicas refletem na variação da resposta individual à farmacoterapia. A exemplo de condições especiais ou patológicas têm-se as gestantes, a pediatria, a geriatria, o comprometimento da função hepática e o comprometimento da função renal.

Assim, nestes casos, cabe ao profissional farmacêutico mensurar os resultados positivos quanto ao aspecto de uma farmacoterapia desnecessária, eliminar as reações adversas e toxicidades, minimizar os custos, melhorar a adesão ao tratamento, reduzir os erros de medicação, melhorar os resultados terapêuticos, ampliar a qualidade das prescrições e promover maior interação com a equipe de saúde (BISSON, 2016).

Dessa forma, essas atividades clínicas dependerão da estrutura e dos processos adequados às atividades centrais da assistência farmacêutica, regulamentadas através da Resolução do CFF nº 585 de 29 de Agosto de 2013 que, em seu Art. 5, informa as atribuições clínicas do farmacêutico que visam atender às necessidades de saúde do paciente, da família, dos cuidadores e da sociedade, e são exercidas em conformidade com as políticas de saúde, com as normas sanitárias e da instituição à qual estejam vinculadas (BRASIL, 2013).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando importância à questão norteadora: como os profissionais farmacêuticos podem promover a saúde através de assistência e atenção básica farmacêutica e evitar desfechos de erros de administração de medicamentos? Este artigo teve como objetivo apontar o propósito da assistência farmacêutica e o papel do profissional



farmacêutico na prática clínica desta assistência para a melhoria da qualidade de vida do paciente.

Dessa forma, tratando-se do propósito da assistência farmacêutica, foi possível constatar que ela representa um dos pilares para a busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo, tendo em vista a garantia do melhor tratamento ao paciente, a continuidade do mesmo e, ainda, a cura de algumas patologias.

Nesse aspecto, o papel do farmacêutico na assistência farmacêutica baseia-se em orientar, adquirir e dispensar medicamentos para o tratamento dos pacientes de acordo com a melhor opção de escolha da farmacoterapia para o solicitante. Além disso, envolve ações como a mensuração dos resultados de uma farmacoterapia, a eliminação das reações adversas e toxicidades, a minimização dos custos, o melhoramento da adesão ao tratamento, a redução dos erros de medicação, o melhoramento dos resultados terapêuticos, a ampliação da qualidade das prescrições e a promoção de uma maior interação com a equipe de saúde.

Sendo assim, dependerá de cada profissional se atentar para uma nova concepção de linha de cuidado e, conseqüentemente, prestar serviços de qualidade.

Sabe-se que a incorporação do profissional farmacêutico para o cuidado com o paciente é de suma importância na prática clínica, uma vez que visa a integração do conhecimento da farmacoterapia para se otimizar problemas relacionados aos medicamentos. Entretanto, para que o farmacêutico atue de forma multiprofissional é necessário que mude sua postura e enxergue o paciente como o foco do seu trabalho.

Logo, o direcionamento clínico com a prática focada no paciente se baseia em colocar no centro do trabalho o cuidado ao paciente, sabendo que cada um deles é único e que o tratamento individualizado é um dos atributos que deve ser inserido na integração do conhecimento de doenças, da farmacoterapia, da terapia medicamentosa, da comunicação; e das habilidades de monitoração de pacientes, da avaliação clínica, da informação sobre medicamentos e do planejamento terapêutico.



REFERÊNCIAS

BISSON, Marcelo Polacow. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

BOING, Alexandra Crispim; ZONTA, Ronaldo; MANZINI, Fernanda. **Promoção do uso racional de medicamentos na atenção básica**. Série Formação para Atenção Básica. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13956/1/URMREMEDIOS_LIVRO.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. **Assistência Farmacêutica no SUS: 20 anos de políticas e propostas para o desenvolvimento e qualificação**. Relatório com análise e recomendações de gestores, especialistas e representantes da sociedade civil organizada. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_farmaceutica_sus_relatorio_recomendacoes.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução CFF nº 585, de 29 de agosto de 2013**. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 set. 2013. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro7.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Série E. Legislação em Saúde. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Serviços farmacêuticos destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

IVAMA, Adriana Mitsue *et al.* **Consenso brasileiro de atenção farmacêutica: proposta**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002, p. 24. Disponível



em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf>.
Acesso em: 30 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha Entendendo o SUS. **Gov.br**, 2006. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2013/agosto/28/cartilha-entendendo-o-sus-2007.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

REIS, Adriano Max Moreira. Atenção Farmacêutica e Promoção do Uso Racional de Medicamentos. **Espaço para a Saúde**, Londrina, n. 2, v. 4, p. 1-17, 2003. Disponível em: <http://www.ceatenf.ufc.br/Artigos/ATENFAR%20e%20URM%20Adriano%20Max.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

Enviado: Setembro, 2021.

Aprovado: Junho, 2022.

¹ Pós-graduação. ORCID: 0000-0002-3771-2285.